REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

FILOLOGIA, ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURA ESCRITA

ARTIGO

O LABOR FILOLÓGICO E UMA CARTOGRAFIA DA LITERATURA NEGRA-FEMININA NA BAHIA

THE PHILOLOGICAL ENDEAVOR AND A CARTOGRAPHY OF BLACK WOMEN'S LITERATURE IN BAHIA

LAURA DOS SANTOS SACRAMENTO

Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista PIBIC/UFBA. E-mail: aurasacramento4577@gmail.com

ROSINÊS DE JESUS DUARTE

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia/Universidad Complutense de Madri. Docente da UFBA. E-mail: rosiart20@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo¹ investiga como o labor filológico contemporâneo contribui para a reelaboração da historiografia da literatura negra-feminina na Bahia, com base nas pesquisas do grupo Filologia das Letras Negras (FILEN). A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo identifica e analisa a produção literária de autoras negras baianas das décadas de 1970 a 1990, destacando a dispersão e invisibilidade dessas obras em acervos, bibliotecas e espaços culturais. Foram catalogadas cerca de 14 autoras, cujas produções refletem contextos marcados por racismo, sexismo e exclusão do mercado editorial. O trabalho propõe a construção de uma cartografia dessas produções e a criação de um acervo digital, com o objetivo de preservar, reunir e dar visibilidade a essas textualidades. Fundamentado na Filologia, na Crítica Textual e em perspectivas como a crítica materialista negra, o estudo evidencia a importância de analisar não apenas o texto, mas também seus contextos de produção, circulação e recepção. Os resultados indicam que a ausência dessas obras nos acervos revela políticas de esquecimento que impactam a memória literária. Conclui-se que o trabalho filológico, aliado a iniciativas digitais, atua como prática ética e política de resistência, contribuindo para a valorização e preservação da literatura negra-feminina.

Palavras-chave: Filologia; literatura negra-feminina; cartografia; acervo digital; memória.

ABSTRACT

The article investigates how contemporary philological work contributes to reshaping the historiography of Black women's literature in Bahia, based on research conducted by the Filologia das Letras Negras (FILEN) group. Using a qualitative approach, the study identifies and analyzes the literary production of Black women writers from Bahia between the 1970s and 1990s, highlighting the dispersion and invisibility of these works in archives, libraries, and cultural spaces. Approximately 14 authors were cataloged, whose works reflect contexts marked by racism, sexism, and exclusion from the publishing market. The research proposes the creation of a cartography of these literary productions and the development of a digital archive to preserve, gather, and give visibility to these texts. Grounded in Philology, Textual Criticism, and perspectives such as Black materialist criticism, the study emphasizes the importance of analyzing not only the texts but also their contexts of production, circulation, and reception. The findings indicate that the absence of these works in collections reflects policies of forgetting that affect literary memory. The study concludes that philological work, combined with digital initiatives, functions as an ethical and political practice of resistance, contributing to the preservation and recognition of Black women's literature.

Keywords: Philology; Black women's literature; cartography; digital archive; memory.



Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender como o labor filológico tem rasurado a historiografia literária a partir do trabalho realizada pelo grupo de pesquisa, Filologia das Letras Negras (FILEN)², o qual objetiva, dentre suas atividades, construir um acervo digital de autoras negras baianas. A gênese dessa pesquisa repercute as metodologias da filologia, sendo assim, iniciou-se a *recensio*. Já havendo alguns fragmentos da escrita negra feminina, surge um questionamento que nos direciona à pesquisa; de que maneira as mulheres negras das décadas de 70 a 90³, produziram, transmitiram e tiveram suas obras recepcionadas? A busca iniciou-se em bibliotecas, sebos, acervos, centros culturais e terreiros, materializando-se em alguns achados, porém também nos apontou a dispersão e invisibilidade da escrita negra-feminina no cenário literário na Bahia. Desde o início da pesquisa em 2018, foram catalogadas 14 autoras, entre elas; Aline França, Makota Valdina, Shirley de Queirós, Ana Maria de Santana, Lita Passos, Nivalda Costa, Fátima Trinchão, Railda Martins, Mãe Beata de Yemanjá, Tânia Regina, Nice Oliveira Lagos, Julieta Carteador, Mãe Stella de Oxóssi e Zinha Costa.

Após a coleta das obras dessas escritoras, bem como da fortuna crítica e outras materialidades que fazem parte da historicidade dessas textualidades, foi possível compreender em que contexto histórico essas obras literárias estavam inseridas e assim realizar interpretações diagnósticas sobre os dados coletados. Essas análises nos referenciaram temáticas importantes que contextualizam os processos de produção, transmissão e recepção da literatura negra-feminina na Bahia das décadas de 70 a 90. Então, foi necessário compreender o cenário literário e as questões políticas-sociais, dentre elas; o Movimento Negro Unificado e o Feminismo Negro, para assim fazer as devidas interpretações a partir da ótica da crítica textual moderna. Os estudos filológicos de obras literárias de autoria negra feminina nos permitem compreender a complexidade do empreendimento intelectual/literário pelo qual mulheres negras passaram, o que nos aponta a importância da relação ética e ideológica da relação da filologia com a literatura.

A cartografia a qual se propõe este trabalho irá se refletir em resultados tanto qualitativos quanto quantitativos, os quais serão apresentados posteriormente. Sendo estes resultados parciais, serão apresentados os locais de busca, sendo eles; Sebo do Brandão, Sebo João Brandão, Sebo São José, Sebo União, Acervo Digital Negritos⁴ e o Acervo do Diário Oficial na Empresa Gráfica da Bahia. A construção do nosso acervo digital atravessa fundamentalmente todos os locais de busca visitados nesta pesquisa, e se constitui então como um lugar político de memória. Roger Chartier (2014), afirma que o historiador P. Ricouer

[...] considera [...] o esquecimento como condição da possibilidade de memória, de forma muito semelhante ao 'caráter *despercebido* da perseverança de memórias, sua remoção da vigília da consciência (Chartier, 2014, p. 221).

Ao atravessar os corredores de grandes bibliotecas na Bahia, percebemos que não havia nenhuma coleção com o nome de uma autora negra, e em nenhuma delas foi possível achar mais de dois livros de autoria negra feminina. A literatura reflete muitas vezes a sociedade que a constitui, e os acervos resguardam as memórias desta mesma sociedade, portanto é preciso repensar em quais memórias estamos guardando e quais estamos escolhendo esquecer.

O labor filológico

O labor filológico se propõe a construir a história de um texto a partir da sua materialidade e contexto histórico, perpassando os processos que constituem uma obra, devendo o filólogo pensar

[...] os materiais que constituem a massa documental trabalhada, a partir de sua organização material, das publicações que possam existir, dos testemunhos da produção e recepção dos textos, dentre outros aspectos, para, através da edição e crítica filológica de textos, introduzi-los em um novo circuito (Borges, 2023, p. 80).

As tendências epistemológicas pós-estruturalistas trouxeram propostas que abrangem os textos modernos bem como autores e obras que antes não haviam sido levadas em consideração, tanto pela crítica literária, quanto pelos filólogos. Neste processo de rearticulação visou-se a importância de verificar a presença da literatura negra-feminina nos acervos bibliográficos de Salvador. Os métodos filológicos, bem como a análise da materialidade nos apontou a existência de um contínuo nas obras literárias de autoria negra-feminina, desde as publicações independentes, de poucos exemplares e/ou pouco extensas. Esse contínuo condicionou-se por uma série de questões sociais que restringiram a produção literária e intelectual de mulheres pretas.

Pensando na elaboração da cartografia, foram mapeados alguns locais de busca, entre eles; o Terreiro do Bogum, Terreiro do Gantois, Terreiro da Casa Branca, Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, Terreiro do Alaketu, Terreiro do Pilão de Prata, o Sebo União, Sebo do Brandão, Sebo São José, a Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), Instituto Quilombo Xis e o Acervo Digital Negritos. Sendo que, até o presente momento já foram analisados todos os sebos, e os três últimos locais citados. A partir das pesquisas de campo no Sebo União, Sebo São José e no sebo mais antigo de Salvador, o Sebo do Brandão, o qual mantém um acervo de mais de 150 mil livros, não foi identificada nenhuma das autoras negras já catalogadas, e não sendo identificada também nenhuma outra autora que pudesse entrar para o *corpus* da pesquisa, dentro do recorte temporal, das décadas de 70 a 90, ou do recorte de gênero literário. Foi considerado o ambiente passível a mudanças dos sebos, compreendendo que os livros têm uma grande rotatividade, sendo possível e necessário retornar a esses sebos.

No Acervo Digital Negritos (o qual foi descoberto após pesquisas relacionadas à Literatura negra e o Movimento

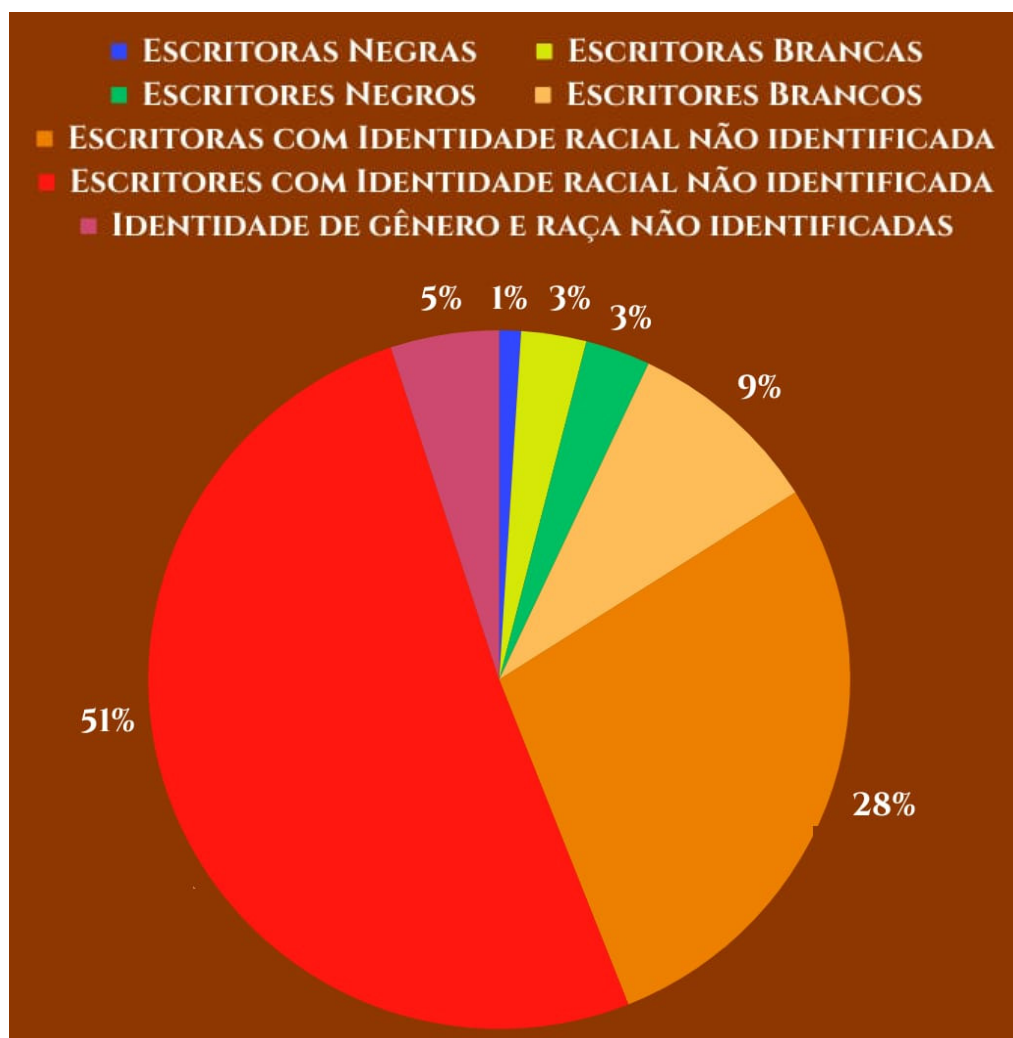
Negro Unificado na Bahia), foram encontrados os Jornais e Boletins Informativos: “Abibiman”, “Angola”, “Djumbay”, “Nêgo – Jornal do MNU”, “Negração”, “Negritude” e “Omnira”, sendo estes da região nordeste, e o “Jornegro”, “Jornal SINBA” e a “Revista Versus” que pertencem a outras regiões do Brasil. O foco aqui se estabeleceu no Boletim Informativo NÊGO, que é do Estado da Bahia e que teve 22ª edições, a primeira publicação em julho de 1981 e a última em outubro de 1993, o Boletim apresenta diversos manifestos, notícias, artigos e textos literários de autoria negra, onde já foram identificados textos da militante e pedagoga Ana Célia da Silva e fragmentos de poemas da dramaturga Nivalda Costa.

Na Empresa Gráfica da Bahia, em busca da Revista da Bahia que havia sido identificada em um antigo plano de trabalho, descobrimos que havia uma livraria no local, porém esta tinha sido extinta há alguns anos e os livros teriam sido transferidos. Entretanto, conseguimos acesso a 44 edições digitalizadas da Revista da Bahia, edições das décadas de 1960 até o ano de 2006. Fazendo uma análise das revistas, notamos que faltavam edições das décadas de 70, o que foi explicado após verificação da Revista n.8, de março de 1988. A carta que abre esta edição fala sobre a razão para a interrupção das publicações em 1967; a Ditadura Civil-Militar,

implementada após o AI-5. A análise das primeiras edições da Revista da Bahia, provaram que a revista tinha um cunho profundamente político, o qual não se negava a pautas tabus da época, como gênero e sexualidade, e a fomentação de debates histórico-sociais, adentrando às questões de raça e classe.

Na EGBA também foi identificado o Acervo do Diário Oficial da Bahia⁵. O Diário Oficial trazia informações importantes sobre decisões governamentais, apresentando cerca de 44 laudas por dia de publicação, era dividido em cadernos e composto então por cerca de 1.320 páginas. Após pesquisas nos Diários Oficiais a partir do ano 1989, encontramos o caderno 4 (Diversos), que por incentivo da Lei n. 7.505 de 2 de julho de 1986⁶, abria espaço para publicações literárias e dicas gramaticais. Identificamos 134 textos literários nos Diários Oficiais, que em sua maioria eram de poemas, e realizamos a partir daí uma pesquisa sobre os autores, subdividindo os achados em sete blocos; escritoras negras, escritores negros, escritoras brancas, escritores brancos, escritoras com a identidade racial não identificada, escritores com a identidade racial não identificada e identidade de gênero e raça não identificadas⁷. Sendo que dos 134 textos literários, foram encontrados 100 autores, alguns assinando mais de um texto. Segue abaixo o gráfico com o resultado quantitativo:

Figura 1: Gráfico quantitativo dos textos literários dos Diários Oficiais.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Uma grande parcela das pessoas não fazia a identificação completa ao mandar seus textos para a publicação no Diário Oficial, dificultando as pesquisas sobre as identidades de gênero e raça, sendo que 84% dos autores não tiveram suas identidades raciais identificadas, e apenas 1% dos textos encontrados correspondem à escrita negra-feminina⁸. Esses números ultrapassam o simbólico e expõem “[...] os confrontos entre o poder sobre a escrita estabelecido pelos poderosos e o poder que a sua aquisição confere [...]” (Chartier, 2014, p. 43). Em vista disso, cabe ao filólogo conceber uma análise crítica e ética que possibilite a inserção de autores e literaturas que antes não adentraram a historiografia literária brasileira, na “ressignificação de textos” (Borges; Souza, 2020) no lugar autoral tão predominantemente intelectual, que por muito tempo refreou a entrada de certos corpos.

Literatura negra-feminina

As autoras negras baianas das décadas de 70 a 90 enfrentaram diversos embates ideológicos, os quais ainda resistem na sociedade contemporânea; o racismo e o sexismo. O mercado editorial da época estava direcionado para a produção e venda de livros estrangeiros e de obras da dita literatura canônica brasileira. As autoridades por trás dessa classificação: intelectuais e críticos literários, eram majoritariamente homens e brancos, e não se abstinham das práticas excludentes do racismo estrutural. Essa crítica literária baseada nos pressupostos ocidentais buscou por diversas vezes desqualificar obras literárias de autoria negra, o que aponta que ainda havia uma animalização e subjugação de corpos pretos, bem como a inferiorização de sua intelectualidade, baseados nos pressupostos do racismo científico configurado desde o período escravagista. Porém, é importante analisar que as mulheres pretas enfrentam as “opressões cruzadas” do racismo e sexismo, baseadas nas representações criadas pelo sistema “cisheteropatriarcal branco de base europeia”. Os corpos pretos foram por muito tempo qualificados de maneira subjacente aos brancos, e as mulheres de forma geral, em uma sociedade patriarcal, era fundamentalmente um corpo submisso às vontades de um homem. A militante e pesquisadora Carla Akotirene (2019) identifica esse sistema de opressões partir da interseccionalidade, a pesquisadora usa o referido termo para definir o posicionamento do feminismo negro, frente as discriminações voltadas para as mulheres negras que sofrem atravessamentos relacionados às questões de gênero, raça e classe e atravessam as representações dentro da sociedade e da literatura.

É pensando na validação e na valoração das produções literárias de autoria negra, que o pesquisador de teoria e história literária, Luiz Maurício Azevedo articula uma “teoria materialista negra”, que está fundamentada nos aspectos de literariedade produzidos por autores negros em suas obras, e que antes não eram considerados pela crítica literária eurocentrada. A literatura negra vem abrindo espaço para

discussões que vão além das questões sociais que possam estar imbricadas em suas obras, como o uso da linguagem coloquial, da tradição oral, técnicas narrativas imagéticas e simbólicas, além de abrir espaço para repensarmos as concepções de literatura canônica. “A [...] tensão que ocorre através da história da cultura escrita jaz entre as autoridades, que pretendem impor seu controle ou seu monopólio sobre a palavra escrita[...]” (Chartier, 2014, p. 42). Desta maneira, esse lugar da autoria também permite que autores negros rescrevam suas histórias, não mais pela lógica da branquitude, apresentando então representações de corpos pretos que não dialogam com os estereótipos de subalternização encontrados na maioria das obras de reconhecidos escritores dos clássicos literários. A seguir, veremos um poema que exemplificará as condições de produção e alguns aspectos de literariedade que podem ser encontrados na literatura negra-feminina:

Bebê a Bordo
1990/para as crianças do Curuzu

‘Que brilho é este negro’
É o brilho do sangue no asfalto
dos bebês do Curuzu.
Negras crianças insurgentes
desesperadas, abandonadas.
Negra juventude transviada?

Seus frágeis corpos metralhados
seguem a bordo do grito de justiça.
Espalhados pelos blocos afro e MNU
pelas ruas da Liberdade e Curuzu (Silva, 1990)⁹

O poema “Bebê a bordo” de Ana Célia da Silva¹⁰, militante do Movimento Negro Unificado da Bahia, foi publicado no jornal “A Tarde” e no “Cadernos Negros”, tendo sido escrito após a chacina, com uma imagem dos jovens mortos enfileirados e com a informação de que eles haviam reagido à prisão. A aliança entre o MNU e o Feminismo Negro, fomentou as produções intelectuais e literárias de mulheres negras, assim como a criação de uma imprensa que compartilhasse e fomenta-se essa escrita. Este poema traz uma carga emocional, simbólica, e utilizando-se do discurso poético, a autora utiliza fatos verídicos que nos contextualizam sobre o momento histórico, e constrói uma narrativa poética imagética, interligada ao discurso político sobre as questões raciais que emergiam pelos movimentos sociais. Segundo Silviano Santiago (2004), a literatura contemporânea se constrói pela relação entre arte e política, portanto percebe-se que a literatura negra-feminina tem se firmado também nessa relação, de forma a unir o discurso poético ao discurso político.

Compreende-se que “[...] os grupos subordinados há tempos tiveram que recorrer a formas alternativas para criar autodefinições e para estabelecer seus valores independentes, rearticulando-os por meio de nossos próprios especialistas” (Collins, 2020, p. 140). Por diversas vezes a literatura negra

foi invalidada no setor literário, principalmente quando as abordagens teóricas utilizadas para a interpretação desses textos, eram da teoria literária ocidental. É pensando nessa lógica que Luiz Maurício Azevedo (2021) fala sobre a criação da teoria materialista negra. A literatura negra vem então, construindo uma base teórica para a qual possa se referenciar e legitimar, sem ser interpelada pelos processos de validação de conhecimentos predominantes, os quais refletem os interesses de quem detém o poder das instituições políticas e sociais.

Segundo Bordini (2020, p. 119), “[s]em leitura, a memória literária se esvai [...]”. Porém quais medidas devemos tomar enquanto filólogos e estudiosos da literatura, quando no caso da Literatura negra-feminina da década de 70 a 90, sua memória simbólica e material tem se perdido? É importante então lembrar, que “[...] qualquer escolha metodológica que assume o filólogo define-se como uma tomada de posição” (Borges, 2023, p. 81). Percebe-se, que a construção de uma edição, bem como a de um acervo, tem alguns pontos em comum do ponto de vista teórico-metodológico; a *recensio*, a seleção criteriosa das materialidades, a organização sistemática dos elementos, a preservação de autenticidade e integridade dos documentos e a interpretação dos dados. Sendo assim, as escolhas dos filólogos podem determinar muito mais do que os tipos de edições e/ou acervos, essas escolhas andam em conjunto com as mudanças político-sociais, elas atravessam a historiografia literária e as leituras de mundo futuras. Portanto, o acervo digital de autoras negras baianas que vem sendo construído pelo grupo de pesquisa FILEN, vem também como uma proposta ético-política de acesso a uma cultura que resiste entre as lacunas memoriais de nosso tempo.

Notícias do Acervo Digital em construção

Em seu livro “A mão do autor e a mente do editor”, Roger Chartier (2014) discute sobre a vulnerabilidade da memória, retratando a relação da memória viva com o discurso escrito. Nesse sentido, percebemos a importância da guarda documental, principalmente quando falamos de documentos que constituem processos históricos de um grupo. Ao analisar as principais bibliotecas, sebos, arquivos e centros culturais de Salvador, a cidade mais negra fora do continente Africano, percebemos a ausência, escassez e dispersão de obras de autoria negra-feminina, fato esse que replica a importância de se construir um local que agrupe e divulgue essas obras para o novo público. “Uma das funções de um acervo, a mais social de todas, é a de difusão dos documentos, para favorecer a circulação do conhecimento sobre a literatura” (Bordini, 2012, p. 120). Dessa forma, entende-se que os métodos filológicos de análise das materialidades textuais, investigações históricas, culturais e/ou genéticas, atravessando os processos de produção, circulação e recepção de obras literárias, podem certamente influenciar nos significados e leituras dos dados dispostos em um acervo, repercutindo então nas interpretações dos textos literários.

A literatura, como bem nos ensina a filologia, é uma das fontes de percepções do passado. Portanto, a produção do acervo digital de escritoras negras baianas pretende restituir parte das lacunas na historiografia literária brasileira, bem como da memória cultural da sociedade.

Compreendemos arquivo, em uma tendência sociológica, ‘como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como constructo político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento (Heymann, 2012, p. 24 *apud* Borges; Souza, 2020, p. 210).

É preciso então, pensar nos acervos como espaços políticos, que visam redimensionar as configurações ideológicas, intelectuais, e literárias de um povo. O acervo digital proposto, com obras da literatura negra-feminina baiana, busca assim constituir uma “política de memória (Duarte, 2023)¹¹ através do arquivamento de produções literárias, de forma a agregar e fortificar a cultura e literatura brasileira, colocando em foco as narrativas de autoras negras, que ultrapassaram as barreiras impostas e conseguiram publicar suas obras, tendo sido preciso uma articulação coletiva que resultou na ampliação do que hoje reconhecemos como a Literatura negra-feminina.

Uma das percepções que temos de um acervo, é que ele nos contará uma história. Neste caso, um dos principais deveres do filólogo é definir o *corpus* (massa documental) definitivo da(s) obra(s). O *locus* dos acervos digitais, nos permite construir múltiplas relações com as materialidades reunidas, assim com os *hiperlinks*, os quais de forma simultânea podem agregar as interpretações dos leitores ao trazer dados de outros locais. O filólogo-editor utiliza

[...] as potencialidades do suporte digital para atender a complexidade e a extensão da tradição documental, situando o papel de diferentes atores (individuais e institucionais) no processo de transmissão e no contexto de circulação dos textos [...] (Santos; Mota, 2021, p. 137).

O acervo digital de autoras negras baianas do FILEN, que ainda está em construção, vem a partir desses pressupostos, construindo sua gênese; rastreando e identificando fragmentos da escrita negra-feminina, historicizando e interpretando as materialidades, para futuramente reelaborar as textualidades, os documentos e reunir o que antes estava fragmentado, e esquecido nas prateleiras de nossas memórias.

Considerações finais

O labor filológico que vem sendo construído a partir da perspectiva do grupo de pesquisa FILEN, sobre a Literatura Negra-feminina na Bahia, das décadas de 70 a 90, se estebece com as reformulações epistemológicas, que refletem as mudanças de paradigmas histórico-sociais, que atravessam nossa sociedade, língua e cultura. As tendências dicotômicas que colaboraram para a hierarquização de indivíduos, tiveram

como consequência o apagamento e pilhagem epistêmica (Freitas, 2016)¹² de diversos grupos étnicos e culturais, bem como a da população afrodescendente. A partir da Crítica Textual e da Sociologia dos Textos (McKenzie, 2005; Borges, 2013/2015), é possível compreender os processos de produção, transmissão e recepção de obras literárias, e assim não se concentram apenas e unicamente no texto (co-texto), mas também no contexto. Aproveitamos o momento, para responder ao questionamento que fiz na introdução. Percebemos que a grande maioria das autoras negras das décadas de 70 a 90, interpretavam diversos papéis na elaboração de seus livros; como autoras, editoras e vendedoras, sendo grande parte delas autoras independentes. Algumas, com o auxílio de selos editoriais e instituições de movimentos sociais, puderam alavancar suas carreiras de escritoras, como a baiana Aline França¹³, que além disso teve um reconhecimento muito grande na Bélgica e na França, mas só veio a ter um maior reconhecimento da sua literatura no Brasil, nos últimos anos.

Percebe-se também que a recepção e transmissão dessas obras de autoria negra-feminina circulavam em locais específicos; pequenas editoras, livrarias, alguns periódicos da imprensa negra e em alguns jornais conhecidos como o “A Tarde”, “Tribuna da Bahia” e “Correio da Bahia”. A validação literária e fortuna crítica da maioria dessas obras vem sendo construída agora, passados quase vinte anos de suas publicações. Portanto, consideramos de suma importância a construção de um espaço que não só resguarde as obras da literatura negra-feminina das décadas de 70 a 90, mas que também compartilhe com o novo público essa literatura, de forma democrática. Um acervo digital nos proporciona estar sempre na construção desse *locus*, o trabalho do filólogo assim como este acervo, não poderá ser considerado finito. Ao pensar na fragmentação da escrita negra feminina, nas incertezas e na dispersão dessas materialidades, sabemos que o labor filológico continua.

NOTAS

¹Este artigo é resultado do trabalho realizado no grupo de pesquisa Filologia das Letras Negras (FILEN), o qual foi apresentado no Seminário de Estudos Filológicos na Universidade de Feira de Santana, em 2024.

²O grupo de pesquisa Filologia das Letras Negras – FILEN está lotado no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e é coordenado pela professora Rosinês de Jesus Duarte, desde 2020. Para saber mais, acesse a página gerida pelo grupo em <https://www.instagram.com/fi.le.n/>.

³A pesquisa se concentra na produção literária negra-feminina baiana das décadas de 70 a 90, pensando no período insurgente das pautas político-sociais que culminaram na fomentação da literatura negra-feminina.

⁴Link de acesso ao Acervo Digital Negritos: <https://negritos.com.br/>

⁵O acervo da Empresa Gráfica da Bahia é composto pelos Diários Oficiais, enciclopédias, vídeos, assim como alguns exemplares de livros publicados pela EGBA.

⁶A Lei nº 7.505 foi implementada no governo de José Sarney (1985-1990), e promovia o incentivo às produções artísticas e culturais.

⁷Como alguns autores assinaram seus textos com pseudônimos, não foi possível a identificação de gênero e nem de raça.

⁸A única escritora negra identificada foi Zete Cazaes, que escreveu o poema “O vazio”. O poema foi publicado em 29 de janeiro de 1985.

⁹https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/07/DESCRI%C3%87%C3%83O_Espa%C3%A7o-Griot-Ana-C%C3%A9lia-Silva_Rev-26-03-2018.pdf

¹⁰<http://lattes.cnpq.br/7501565836028985>

¹¹Artigo “Políticas de Memória e Literatura negra na Bahia: uma proposta de constituição de um acervo digital” de autoria da Profa. Dra. Rosinês Duarte. Acesso em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/54113/31535>

¹²A pilhagem epistêmica consiste no roubo e/ou apropriação de elementos constitutivos de culturas.

¹³Aline dos Santos França é uma das catorze escritoras que compõem o acervo do FILEN. Aline França, é autora de “Negão Dony”, “A Mulher de Aleduma”, “Os Estandartes” e, “Emoções das águas”. Conhecida dentro e fora do Brasil, foi considerada como a precursora da literatura contemporânea, no gênero “ficção em estilo surrealista”, pelo seu Romance mais conhecido; “A Mulher de Aleduma”.

Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen Livros, 1ª ed., 2019.

AZEVEDO, Luiz Maurício. Estética e raça: ensaio sobre a literatura negra. Porto Alegre: Sulina, 2021. 11-29.

BORDINI, M. G. Acervos de escritores, da memória para a história da literatura. In: Matérias da memória [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.117 - 126. 2020. ISBN: 978-65-5725-056-3.

BORDINI, Maria da Glória. A função memorial dos acervos em tempos digitais. In: TELLES, Célia Marques; BORGES, Rosa (org.). Filologia, críticas e processo de criação. Curitiba: Appris, 2012.

BORGES, Rosa. O trabalho filológico na edição de textos literários e dramatúrgicos: compromisso e ética de leitura. In: SOUZA, Arivaldo Sacramento et al. (org.) Por uma ética nos estudos filológicos: críticas, corpora, edições. Salvador: Segundo selo, 2023.

CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2014. P. 213-233.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNADINO-COSTA, Joaze et.al (Orgs). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 139-170.

DUARTE, Rosinês de Jesus. Políticas de Memória e Literatura Negra na Bahia: uma proposta de constituição de um acervo digital. In: Estudos Linguísticos e literários. Nº 76, jan-abr, 2023, p. 1-16.

FREITAS, Henrique. O arco e a arkhé: ensaios sobre Literatura e Cultura. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016.

MCKENZIE, D. F. Bibliografía y Sociología de los textos. Tradução de Fernando Bouza. Madri: Ediciones Akal, 2005.

SANTIAGO, Silviano. Uma literatura anfíbia. In: O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 65-73.

SANTOS, Isabela Almeida; MOTA, Mabel Meira. Hiperedições: a práxis editorial a as tecnologias digitais. In: BORGES, Rosa. Edição do texto teatral na contemporaneidade: metodologias e críticas.

SANTOS, Rosa Borges dos. Filologia, genética e sociologia dos textos: um diálogo entre críticas. In: ROMANELLI, Sérgio (Org.). Compêndio de Crítica Genética: América Latina. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013/2015.

SOUZA, Débora de; BORGES, Rosa. História e memória das resistências negras na Bahia a partir do Acervo Nivalda Costa. In: REVISTA Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 208-228, maio/ago. 2020.